EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL № 037/2016

Abertura: 08 de dezembro de 2016

Horário: 09.00 horas

Local: Rua João Moreira nº 1707 Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (RS), no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis, sito na Rua João Moreira, nº 1707, Centro, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nos termos da Lei n.º 10.520 de 17/07/2002, do Decreto Municipal nº 77/2006, de 27 de Janeiro de 2006, Lei Complementar 123/2006 (alterada pela LC nº 147/2014) e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e Portaria Municipal nº 389/2016, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇOS e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO até o dia 08/12/2016 às 09.00 horas no Setor de Licitações sito a Rua João Moreira, nº 1707.

1 - DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação:

1.1 Aquisição de aparelhos de ginástica para academia, conforme especificações conti-

das no anexo I deste edital.

Observação: É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas; Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Publica ou impedida legalmente.

2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1 Para participação no certame, o licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deve apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, respectivamente envelope nº 01 e envelope nº 02, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado, bem como a **declaração**, <u>fora dos envelopes</u> acima mencionados, dando ciência de que <u>cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital (Anexo V).</u>

ENVELOPE Nº 01

ENVELOPE Nº 02

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE ----
CNPJ Nº

FONE/FAX.....

E-MAIL:

Sendo:

ENVELOPE № 01 - PROPOSTA DE PREÇOS ENVELOPE № 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

3.2. A documentação, referente AO CREDENCIAMENTO deverá ser apresenta-

da FORA DOS ENVELOPES.

- **3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
- a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto, Contrato Social em vigor ou Declaração de Empresa Individual, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
 - **b)** se representante legal, deverá apresentar:
- **b.1)** instrumento público ou particular de procuração, <u>este com a firma do outorgante devidamente reconhecida,</u> em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- **b.2)** termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo II deste edital) emitido pelo(s) representante(s) legal(is) do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes do outorgado para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.
- b.3) <u>Para todos os casos de credenciamento é obrigatória a apresentação de CÓPIA AUTENTICADA de documento de identificação com foto do outorgante e do outorgado. Ademais, não será aceita cópia de qualquer documento sem a devida autenticação, A QUAL DEVERÁ SER SOLICITADA ANTES DO INÍCIO DO PREGÃO.</u>
- **3.4.** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- **3.5.** Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação. O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ocorrer mediante autorização do Pregoeiro.
- 3.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 (alterada pela LC n^0 147/2014), disciplinados nos itens 7.1.8 a 7.1.11, deste edital, deverá apresentar, <u>fora dos envelopes</u>, no momento do credenciamento, **declaração**, **firmada por contador**, **de que se enquadra como microempresa** <u>OU</u> empresa de pequeno porte (Anexo VI).

3.7. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 (alterada pela LC nº 147/2014) e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, declaração firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos.

OBS.: Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por servidores autorizados integrantes da Secretaria Geral pertencente à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis-RS com vista dos originais.

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

- **4.1.** No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão Presencial, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 PROPOSTA DE PREÇOS e 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- **4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.
- **4.3.** O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

5 - PROPOSTA DE PREÇOS:

- **5.1.** A proposta deverá ser apresentada, datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas sequencialmente rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, com preço unitário e total, preferencialmente nos moldes sugeridos no Anexo I deste edital e deverá conter:
- **a)** razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax e, e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para contatos;
 - b) declaração, a seguir relacionada, assinada pelo representante legal do licitante:
- **b.1)** de que <u>a proposta vigorará pelo prazo mínimo de (90) noventa dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas,</u> conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002;
- c) Conter anexo o catálogo/ prospecto do produto que contemple as suas características, devendo ser em língua portuguesa.

5.2. Preço:

Deve ser indicado em moeda nacional, contendo a <u>descrição completa do produto ofertado, a sua marca.</u> Nos referidos preços deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, montagem, entre outras, que correrão por conta do licitante vencedor.

5.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no sub-item anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

- **6.3.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada de maior preço, até a proclamação da vencedora.
- **6.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços maiores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **6.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.
- **6.5.1.** Dada à palavra à licitante, esta disporá de 45s (quarenta e cinco segundos) para apresentar nova proposta. Este tempo poderá ser modificado pelo Pregoeiro durante a sessão, sempre que for constatada esta necessidade, objetivando que os proponentes tenham tempo suficiente para calcular seus novos preços.
 - 6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- **6.7**. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 14 deste edital.
- **6.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- **6.9**. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **6.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **6.11**. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.
- **6.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de referencia estimado.
 - **6.13.** Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
 - b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
 - c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos re-

quisitos do item 5;

d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifesta-

mente inexequíveis.

6.13.1 - Quaisquer inserções na proposta que vierem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas

no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06 alterada pela LC 147/2014, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.6 deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto àquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

- **6.16.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- **a)** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, querendo, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, de preço inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- **b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.
- **6.17**. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- **6.18.** O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- **6.19.** Após a aplicação no disposto nos itens anteriores, referentes a critério de desempate, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem: a) produzidos no país;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.
- **6.20.** No caso de persistir a equivalência dos valores apresentados pelas empresas, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **6.21.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
- **6.22.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto a Unidade de Licitações deste Município, conforme subitem 15.1 deste edital.
- **6.23.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO:

- **7.1.** Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os documentos de habilitação.
- **7.1.1** Para as empresas que já estão cadastradas no Município, a documentação exigida será a seguinte:
 - a) Certificado de Registro Cadastral em vigor que contemple a documentação abaixo;
- **OBS.:** Caso algum dos documentos obrigatórios exigidos no cadastro (**todos os que estão elencados abaixo**) não conste no mesmo ou esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente ou anexá-lo como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.1.2. As empresas não-cadastradas deverão apresentar os seguintes documentos, em vigor, dentro do envelope de n^{o} 02 (habilitação) <u>até o dia 08/12/2016, até 09.00 horas</u>, em vias originais ou cópias autenticadas:

- a) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório (Anexo III);
- b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7.°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.°4.358/02 (Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor (Anexo IV).

7.1.3- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÃO - As empresas que apresentarem os documentos referidos neste subitem para fins de credenciamento FICAM DISPENSADAS DE APRESENTÁ-LOS DENTRO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7.1.4- REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral), comprovando também a ausência de débitos previdenciários, dentro da sua validade; (O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro da sua validade;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro da sua validade;
- f) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro da sua validade.

7.1.5- REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, dentro da sua validade.

7.1.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

a) Certidão negativa do cartório judicial de distribuição do foro da sede da proponente, de que não existe contra si pedido de falência, com data de emissão não superior a (30) trinta dias da realização da presente licitação.

7.1.7- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado técnico-operacional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que a licitante forneceu de forma satisfatória produto semelhante ao indicado no objeto deste edital;

7.1.8. A microempresa e ou a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atenderem, respectivamente, ao item 3.6, que possuírem restrição em qualquer dos **documentos de regularidade fiscal (previstos no item 7.1.4),** terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade <u>em cinco dias úteis</u>, a contar da data em que for declarada vencedora no certame.

7.1.9. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.1.10. O prazo de que trata o item 7.1.8 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, <u>desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo</u>.

7.1.11. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.1.8 ou do prazo 7.1.10 (se houver prorrogação) implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

OBS - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 - DA ADJUDICAÇÃO:

- **8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **8.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- **8.3.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- **9.1.** Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.
- **9.2.** Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contra razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- **9.3.** A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- **9.4.** As razões e contra razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.
- **9.5.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10- DO PRAZO DE ENTREGA:

10.1. A vencedora se obriga a entregar o bem adquirido no prazo não superior a **(05) cinco dias corridos**, contados da data do recebimento do empenho enviado pela Administração, sem ônus de frete para o Município, no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis, sito a Rua João Moreira nº 1707, Centro, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de expediente das 8.00 hs às 13 hs e 30 min.

OBSERVAÇÃO: A vencedora deverá apresentar o produto no Almoxarifado, dirigindo-se, posteriormente, ao local indicado pela Secretaria de Saúde para realizar a montagem e teste do equipamento, deixando-o em pleno funcionamento.

10.2. No momento da entrega, nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto será recebido provisoriamente. A Secretaria fará a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a vencedora para proceder as correções necessárias ou a substituição do produto, se for o caso.

10.3. Verificada a não-conformidade do bem adjudicado o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de (05) cinco dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da vencedora pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10.5. A Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto do objeto.

11-DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

11.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital por irregularidade, protocolando o pedido até (02) dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, no Protocolo desta Prefeitura, situado a Rua João Moreira, nº 1707, nesta cidade, cabendo a autoridade superior decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

11.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no edital até o (2°) segundo dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

11.3. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

12- DO PAGAMENTO:

O Pagamento será realizado em 15(quinze) dias após a entrega do produto, mediante apresentação da Nota Fiscal, a qual obrigatoriamente, ser entregue junto do produto.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da aquisição dos produtos correrão por conta da seguinte

dotação orçamentária:

(612) - 44905200 - Equipamento e Material Permanente - Recurso 0040 - ASPS.

14- DAS PENALIDADES:

14.1. Advertência;

14.2. A recusa pelo fornecedor em prestar o serviço objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

14.3. O atraso que exceder ao prazo fixado para a conclusão do serviço, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

14.4. O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

14.5. Nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520, de 17/07/2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

14.6. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicálas, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

- 14.7. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- **14.8.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de São Francisco de Assis, RS, Setor de Licitações, sito na Rua João Moreira, n° 1707, pelo fone/fax (55) 3252.3257 ou pelo e-mail pmlicit@bol.com.br, no horário das 08.00 às 13.00 horas preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

15.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, será publicada nova data.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e, e-mail.

15.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por servidores autorizados integrantes da Secretaria Geral pertencente à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis–RS com vista dos originais.

15.6. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de São Francisco de Assis, RS, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.8. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal n^{o} 8666/93).

15.9. São anexos deste Edital:

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA;

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO III - MODELO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º.

INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA <u>OU</u> EMPRESA DE PEQUENO

PORTE.

15.11. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de São Francisco de Assis, RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São Francisco de Assis, 24 de novembro de 2016.

HORÁCIO BENJAMIM DA SILVA BRASIL PREFEITO MUNICIPAL

Aprovo o presente Edital de acordo com a Lei $n.^{\circ}$ 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal n° 77/2006, de 27 de Janeiro de 2006, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Dr. Rafael Viêro Tourem

Assessor Jurídico com responsabilidade de Procurador Jurídico

OAB-RS: 104.800

ANEXO I

MODELO PROPOSTA FINANCEIRA

PREGÃO PRESENCIAL № 037/2016

Item	PREGAO PRESENCIAL № 037/2016 Produtos Unidade Ouant. Preco Unitário Preco Total				Preço Total
Itelli	Produtos SECRETARIA DE SAÚDE - ACADEMIA - RECURSO ASPS.	Umaaue	Quant.	Preço Unitário	rieço Iotai
01	BICICLETA ERGOMÉTRICA PROFISSIONAL HORIZONTAL Descrição: - Com Módulo Eletrônico multifuncional composto de Display LCD com registro em stand by: hora e temperatura ambiente; - Em funcionamento: tempo de exercício, velocidade, carga, pulso (freq. cardíaca), distância e calorias; - Banco Ergonômico e impermeável; Cinta de Ajuste no Pedal; - Monitoração cardíaca: sensor tipo handgrip; - Sistema magnética de carga com 16 níveis de regulagem; - Cor: prata; - Capacidade de utilização mínima: 130 Kg; - Empunhadura emborrachada; - Tratamento de superfície e pintura eletrostática, com alta resistência à corrosão; - Acessórios: manual de instrução em português, portagarrafas, suporte celular, suporte toalha; - Garantia: 12 meses.	Unidade	02		
02	BICICLETA ERGOMÉTRICA PROFISSIONAL VERTICAL Descrição: - Painel de lcd ou led; - Sistema de telemetria; - Monitorização cardíaca por hand grip (cinta torácica); - Material estrutura: aço carbono sae 1020; - Tratamento superficial: antiferrugem; - Acabamento: pintura eletrostática; - Sistema resistência: eletrônico com no mínimo 8 níveis de resistência aproximadamente de 0,5 a 4kgfm; - Movimento central do tipo shimano blindado; - Aço tratado com acabamento em alumínio, com fixa-pé em plástico propileno de alta resistência e cintas de nylon; - Cor: prata; - Capacidade de utilização mínima: 130 Kg; - Acessórios: manual de instrução em português, portagarrafas, suporte celular, suporte toalha; - Características adicionais: regulagem de assento (altura e distância), assento em ergogel (resistente, anatômico e confortável), guidom com regulagem de altura , suporte pega-mão emborrachado; dispensa o uso de energia elétrica; - Garantia: 12 meses.	Unidade	01		
03	ESTAÇÃO MULTIFUNCIONAL DE EXERCÍCIOS (MULTIEXERCITADOR) Descrição: - Tipo: conjugado com 06 funções; - Estrutura: tubos de aço carbono; - Acabamento: Pintura a pó eletrostática e cortes a laser; - Multiexercitador com 06 funções distintas fabricado com tubos de aço carbono nas seguintes descrições: - Flexor de pernas: mínimo 2 1/2 polegadas x 2 mm				

- Extensor de pernas: mínimo 3/4 polegada x 1,50 mm - Supino reto sentado: mínimo 2 polegadas x 2 mm - Supino inclinado sentado: mínimo 1 1/2 polegada x 3 mm - Rotação vertical individual: mínimo 1 polegada x 1,50 mm - Puxada alta: mínimo 1 1/2 polegada x 1,50 mm - Pinos maciços rolamentados com rolamentos duplos; - Batentes de borracha; - Solda MIG; - Orifícios para a fixação do equipamento (chumbadores Parabout); - Especificações musculares em cada aparelho; - Resistentes às ações climáticas; - Suporta até 150 kg do usuário; - Acessórios: manual de instrução em português; - Garantia: 12 meses.	Unidade	01		
			TOTAL	

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos, como de material, mão de obra, fretes, carga e descarga, impostos, obrigações, entre outros.

.....de 2016;

Assinatura Identificação do representante legal da proponente e carimbo da empresa

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL № 037/2016

modalidade de Pregão Presencial	Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da cédula de identi- , a participar da licitação instaurada pelo Município de São Francisco de Assis, RS, na , sob o nº 037/2016, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos ome da empresa, CNPJ nº, bem como dar lances verbais, formu- emais atos inerentes ao certame.
	Local e data.
	Assinatura do(s) dirigente(s) e carimbo da empresa (firma reconhecida)
	Nome do dirigente da empresa
Obs.: o credenciamento, a falta de qualq	 Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar uer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
avigido no subitam 3.3 latras "h.2"	2. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do documento

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016

DECLARAÇÃO

, inscrita no CNPJ sob o n $^{ m o}$, estabelecida a Rua, N $^{ m o}$,na cidade de
,por intermédio de seu representante legal , declara que sua empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente a entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do Edital de Pregão Presencial nº 037/2016 da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis - RS.
Localidade e data:
Assinatura Identificação do Representante Legal da Proponente

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART 7° , XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DECLARAÇÃO

NOME DA EMPRESA, CNPJ n° , participante do Pregão Presencial n° 037/2016, declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso XXXIII do Art. 7° da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.			
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()			
Local e Data			
Assinatura do(s) dirigente(s) e carimbo da empresa			
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)			

ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016

DECLARAÇÃO

(Nome da empresa)	, CNPJ	
Sediada na		
declara, sob as penas da lei, que cumpre ple Presencial nº 037/2016 ciente da obrigator	namente os requisitos de habilitação estabelecidos no pres	ente edital, do Pregão
Localidade e data:		
Assinatura Identificação do declarante		

^{*}Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes, junto com o Credenciamento.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) \underline{OU} EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2016

DECLARAÇÃO

	ial da Licitante), da na Rua nº, (Bairro/Cidade), por intermédio de seu representante Contábil, DECLARA penalidades cabíveis, que:
a)	Encontra-se enquadrada como (marcar no campo correspondente):
()Microempre	sa, conforme inciso I do artigo 3° da Lei Complementar $123/2006$ e suas alterações posteriores;
()Empresa de teriores;	Pequeno Porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações pos-
b) N	$ ilde{100}$ ao se encontra enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no $\S~4^{\circ}$ do Artigo 3° LC 123/06;
	em conhecimento dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006(alterada pela LC 147/2014), gatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao art 6/93.
Por	ser expressão da verdade, firmamos a presente.
Localidade e data:	
	Assinatura Identificação do Representante Legal da proponente
	Assinatura Identificação do Representante Contábil da Proponente

Obs: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, no momento do credenciamento e deverá estar fora dos envelopes (Proposta de Preços e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

(Obrigatoriamente deve ser assinada pelo Contador)